



MUNICÍPIO DE CALHETA – SÃO JORGE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 20

Aos vinte sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, pelas vinte horas e cinco minutos nesta Vila da Calheta e no Salão da Sociedade Estímulo, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal da Calheta sob a Presidência de Dário Bernardo do Nascimento, pertencente ao grupo de Cidadãos Independentes dar Vida ao Concelho (CCALHETA), sendo secretariada pela Assistente Técnica Vanda de Fátima Nunes da Costa Oliveira. _____

Procedeu a Segunda Secretária da Mesa, Lisandra de Lurdes Alves (CCALHETA), à chamada, tendo a deputada municipal Nélia Maria Frutuoso Bettencourt Medeiros (P.S.), sido substituída pelo deputado municipal Arlindo Manuel Teixeira (P.S.). Faltaram, justificadamente, os deputados municipais Paulo Jorge Oliveira Teixeira (P.S.D.), Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão e Manuel Gil Berquó Ávila (P.S.D.).__

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão. Deu conhecimento de que as faltas à última reunião da Assembleia, foram devidamente justificadas pelos deputados municipais José Leodegário Sousa Oliveira (P.S.D.), deputada municipal Nélia Maria Frutuoso Bettencourt Medeiros (P.S.), deputado municipal Adroaldo António Silva Mendonça (P.S.), Presidente da Junta de Freguesia do Norte Pequeno e Paulo Jorge Oliveira Teixeira (P.S.D.), Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão. De acordo com a al. h) do art.º 30º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foram devidamente comunicadas, à respetiva Assembleia de Freguesia, as faltas dos Presidentes de Junta. _____

O senhor Presidente da Assembleia pôs a discussão e a votação a ata número dezoito, da Sessão Ordinária do dia dezoito do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, previamente distribuída com a ordem de trabalhos desta sessão. _____

Não tendo havido intervenções foi posta a votação a ata acima referida. _____

VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e uma abstenção pelo deputado municipal Arlindo Manuel Teixeira (P.S.). _____

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia pôs a discussão e a votação a ata número dezanove, da Sessão Extraordinária do dia vinte e sete do mês de dezembro do ano dois mil e dezasseis, previamente distribuída com a ordem de trabalhos desta sessão. _____

Não tendo havido intervenções foi posta a votação a ata acima referida. _____

VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com catorze votos a favor e quatro abstenções pelos deputados municipais Hélder Manuel Chaveiro Martins (CCALHETA), Rogério Paulo Soares Veiros (P.S.), Adroaldo António Silva Mendonça (P.S.) e José Leodegário Sousa Oliveira (P.S.D.). _____

A seguir a Segunda Secretária da Mesa, Lisandra de Lurdes Alves (CCALHETA) deu conhecimento da correspondência recebida, a qual fica á disposição dos deputados municipais se a quiserem consultar. _____

PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE VOTOS/PROPOSTAS

De seguida passou-se ao período da apresentação de votos e de propostas. Não tendo havido declarações de voto ou propostas, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao Período de Antes da Ordem do Dia. _____

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O deputado municipal Rogério Paulo Soares Veiros (P.S.) pede um esclarecimento à Câmara sobre a reabertura da Repartição de Finanças. Recentemente o Partido Socialista emitiu um comunicado em que transcreve o despacho do Senhor Secretário de Estado em relação a esta matéria, com o qual nós todos nos devemos congratular e esperamos que o mais breve possível a repartição reabra. Contudo, soube que houve contatos entre a Autoridade Tributária e a Câmara, gostaria de saber que contatos é que houve e o que se passou em concreto porque é uma matéria, para os Calhetenses, de extrema importância e gostaria de saber o que se passou em concreto e o que é que falhou de há uns tempos para cá. Esta pergunta é dirigida concretamente ao Senhor Presidente da Câmara. _____



MUNICÍPIO DE CALHETA – SÃO JORGE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Câmara disse que relativamente à reabertura da Repartição de Finanças, existe um requisito que tem a ver com as habilitações literárias das pessoas que possam ocupar um regime de mobilidade interna para a reabertura das Finanças. Essas pessoas têm de ter o décimo segundo ano e/ou licenciatura. Os quadros da Câmara Municipal não abundam em pessoas que cumpram esses requisitos, para além disso é necessário que as pessoas que cumprem esses requisitos tenham vontade de entrar nesse regime de mobilidade interna e tenham vontade de deixar de ser funcionários da Câmara para passarem a ser funcionários da Autoridade Tributária. É também conhecido que a Câmara Municipal não tem capacidade para contratar pessoas e entendemos que não se pode pôr em causa a funcionalidade da Câmara Municipal. Este assunto está em bom caminho, já temos uma pessoa que assumiu essa vontade, a segunda pessoa está ainda por concretizar. Conforme o comunicado público, eventualmente, a reabertura das Finanças poderá passar pela mobilidade interna de funcionários da Câmara ou até de um funcionário da Administração Regional ou não só._

O deputado municipal Rogério Paulo Soares Veiros (P.S.) disse que em determinada altura esteve envolvido neste assunto e teve a informação, pelo Senhor Presidente da Câmara, de que havia disponibilidade de dois funcionários do município para transitar em regime de mobilidade para a administração tributária. Pedi a intervenção do senhor Presidente Carlos César, porque achava que as coisas não se estavam a desenrolar e foi-lhe dito que o Secretário de Estado entraria em contato sobre esta matéria. O Secretário de Estado entrou em contato comigo e disse que iria fazer um despacho para que o funcionário da Câmara ou da Região aceite a mobilidade e se reabra a Repartição de Finanças. Contatei o Diretor das Finanças e disse que este assunto estava quase resolvido e este informou ainda não ter obtido resposta da Câmara, tendo esta colocado algumas questões pertinentes sobre a mobilidade, mas desde outubro que não haviam dito mais nada. Reuni com o senhor Santos, chefe de Repartição das Finanças que disse que iria se aposentar e que se tinha disponibilizado para dar formação a estes funcionários e depois de se aposentar, não sabia como seria esta formação. Queria solicitar à Câmara que respondesse rapidamente à Autoridade Tributária. Se só tem um funcionário, vai só um e depois a Administração Pública Regional poderá arranjar o outro e rapidamente se abrir a Repartição de Finanças._____

O deputado municipal Duarte Manuel Bettencourt da Silveira (P.S.D.) disse que, desde que este assunto da Repartição de Finanças começou, a Câmara mostrou sempre disponibilidade em tentar arranjar funcionários para colmatar a ausência desses funcionários pela parte da Administração Central. Isto não é da responsabilidade da Administração Local é da Administração Central ou Regional que já devia ter assumido esta responsabilidade. Num gesto de boa-fé a Câmara está a fazer um esforço para colmatar o problema relacionado com o pessoal. _____

O deputado municipal Rogério Paulo Soares Veiros (P.S.) disse que, tendo em conta que o país não pode aumentar o número de funcionários públicos, a forma mais rápida de resolver o assunto seria transitar dois funcionários do poder local ou dois funcionários da autonomia regional, teoricamente não há aumento de funcionários. O custo que a Câmara tem é que durante um ano os encargos com esses funcionários são assumidos pelo Município da Calheta, ao final de um ano, passa definitivamente para o quadro da Autoridade Tributária. _____

O senhor Presidente da Câmara disse que todos temos interesse que a Repartição de Finanças reabra mas, não se pode obrigar ninguém a aceitar. Houve quem se mostrou interessado mas, depois retirou esse interesse. _____

O deputado municipal Duarte Manuel Bettencourt da Silveira (P.S.D.) disse que o custo de dois funcionários e os encargos durante um ano é muito dinheiro, foi aceite pela Câmara mas, não é da responsabilidade da Câmara, é um prejuízo para a Câmara. _____

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor Presidente da Assembleia apresentou a Ordem do Dia. De seguida coloca a votação a aprovação em minuta, das votações dos pontos da ordem de trabalhos. _____

VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. _____

1º Ponto da Ordem de Trabalho:

APRECIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO MUNICÍPIO E SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA



MUNICÍPIO DE CALHETA – SÃO JORGE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Secretário da Mesa para informar das disponibilidades do Município. _____

O senhor Rui Manuel Lemos Rodrigues Silva (CCALHETA) disse que o total de disponibilidades do Resumo Diário de Tesouraria, a vinte quatro de fevereiro do corrente ano, é de dois milhões setenta e dois mil cento e cinquenta e seis euros e trinta e três cêntimos. _____

O senhor Presidente da Câmara disse que em relação a este ponto da ordem de trabalhos, faço um resumo e saliento a colaboração com as Juntas de Freguesia, à exceção da Junta de Freguesia de Santo Antão. Falo de uma obra significativa, em colaboração com a Junta de Freguesia da Ribeira Seca, que é o arranjo do Largo dos Bodes, a criação de uma infraestrutura sanitária no Miradouro dos Cubres em colaboração com a Junta do Norte Pequeno. Na colaboração da Junta do Topo no arranjo da Pontinha. Diversos arruamentos e arranjos em colaboração com a Junta da Calheta. Falo no bom entendimento entre a Câmara e a entidade governamental que tutela as vias públicas no arranjo de muitos espaços da rede viária em Santo Antão. O arranjo de muros na Fajã de São João, no arranjo de caminhos agrícolas na freguesia de Santo Antão. A colaboração institucional, de uma sessão que decorreu aqui nesta sala do livro da Dona Regina sobre uma ocorrência que se passou no nosso Município, na Ilha de São Jorge, que é mais um contributo desta pessoa para a história e o nosso entendimento do que tem sido a nossa identidade como Jorgenses, que é o livro sobre o sismo (*Registos do Sismo de 1980 na Ilha de São Jorge, por D. Regina Pires Toste Tristão da Cunha*). Falo de um projeto que está em curso que envolve todas as Filarmónicas do Concelho, que quiseram participar. Estamos a preparar, à semelhança do que fazemos todos os anos, um encontro dedicado à Gastronomia, que tem como subtítulo uma nova perspetiva sobre este assunto, o que me parece importante quando se fala em turismo, não podemos ter turismo sem qualidade e sem colocar em cima da mesa os nossos produtos de forma adequada e o que melhor nos caracteriza. Está em fase de conclusão o procedimento público do processo de Resíduos, está em fase de conclusão e de adquirir os materiais que faltam para se começar a fazer a recolha seletiva. As obras da orla marítima em frente à escola, que está diretamente dependente da construção da nova escola. A instrução final do projeto das Águas. O breve lançamento a concurso público do projeto

de calcetamento e um espaço de acolhimento na Fajã da Caldeira de Santo Cristo. A instrução do processo do Porto Novo na freguesia da Ribeira Seca e volto a referir, o enorme, apoio institucional que a Câmara tem dedicado a todas as Filarmónicas e entidades que nos solicitam apoio. Os trabalhos corriqueiros, o esforço contínuo para que tenhamos hoje uma situação financeira bastante estável, cumprindo com todos os pressupostos que estão enunciados no saneamento financeiro. _____

O deputado municipal Rogério Paulo Soares Veiros (P.S.) disse que queria dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara porque, quando tivemos naquelas discussões com o Diretor Regional sobre o assunto da obra em frente à escola, o senhor Presidente tinha vontade que fosse autorizada a ligação daquela zona até ao armazém dos chineses. Eu achava que já era difícil obter aquela autorização quanto mais aquele alargamento e foi graças à sua insistência, que se conseguiu. Espero que no futuro se possa fazer a ligação do Jardim Infantil à Escola Primária. _____

2º Ponto da Ordem de Trabalho:

1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA 2017

O senhor Presidente da Câmara disse que esta revisão se deve ao facto de uma senhora, que pretende continuar anónima e é aqui representada pela senhora Maria Goreti Lopes Teixeira, que resolveu fazer um donativo ao Município no valor de sete mil seiscientos e quarenta e três euros e quarenta cêntimos para a obra da reabilitação do Cruzeiro. Pagou todos os materiais envolvidos na recuperação do Cruzeiro e tivemos todo o cuidado em lhe mostrar essas despesas. _____

VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade, a 1ª Revisão ao Orçamento da Receita do ano 2017, no montante de 1,00€ (um euro), sendo lançado na receita com a rubrica 10.08.01 «Famílias». _____

3º Ponto da Ordem de Trabalho:

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÃO



MUNICÍPIO DE CALHETA – SÃO JORGE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

O senhor Presidente da Câmara disse que segundo informação escrita do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão, que não está presente, a Assembleia de Freguesia aprovou este contrato interadministrativo, os valores são exatamente os mesmos dos outros anos e isto é efetivamente uma mera formalidade. Lamento que o senhor Paulo Teixeira não esteja presente para eventualmente prestar o seu contributo.____

O deputado municipal Rogério Paulo Soares Veiros (P.S.) disse que a bancada do Partido Socialista também gostaria de ouvir a opinião da Junta de Freguesia de Santo Antão._____

O senhor Presidente da Assembleia disse que também a mesa gostava._____

O deputado municipal Emanuel Duarte Vitorino Fontes (CCALHETA) disse que a bancada dos Independentes também gostava._____

O deputado municipal Rogério Paulo Soares Veiros (P.S.) declarou que iriam votar a favor._____

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade, o contrato Interadministrativo entre o Município da Calheta e a Junta de Freguesia de Santo Antão, nos termos resultantes do artigo 131º, em conjugação com os artigos 120.º e 121.º da Lei n.º 75 acima referida, e cujo período de vigência do contrato termina a 31 de dezembro de 2017._____

4º Ponto da Ordem de Trabalho:

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO A REQUERER A UTILIDADE PÚBLICA URGENTE DE EXPROPRIAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE APOIO À ZONA BALNEAR DA FAJÃ DOS VIMES

O senhor Presidente da Câmara disse que é intenção da Câmara, nos próximos anos, se assim for do entendimento das pessoas, criar algumas infraestruturas de apoio à atividade do turismo, que estão em falta um pouco por todas as freguesias, Pontinha, Fajã de São João, Fajã dos Vimes, Porto Novo, Calheta, Fajãs do Norte Pequeno. Há pouco referenciei a construção de uma infraestrutura sanitária no Miradouro dos Cubres, é parte de um projeto global para o Concelho, que visa suprir estas condições. Esta proposta para requerer a utilidade pública urgente de expropriação, aparece, porque é sabido a

intenção da Câmara criar uma zona balnear na Fajã dos Vimes, como é sabido criar outra na zona da Fajã de São João e foi feito contrato promessa de compra e venda com o representante legal da família, entretanto um dos cônjuges faleceu o que altera um pouco a situação legal, considerando que esta família tem nove filhos. A Câmara e quem vende está de acordo, este é um meio legal de aligeirar as coisas. A infraestrutura já todos conhecem, o projeto está remetido a um apoio comunitário e visa retificar esta falta de infraestruturas. Creio que estamos todos de acordo que não podemos ter turismo, que tem vindo a crescer, sem alojamento, sem restauração e sem espaços onde as pessoas possam ocupar o seu dia. _____

O deputado municipal Rogério Paulo Soares Veiros (P.S.) disse que subscrevem na íntegra, o que o senhor Presidente diz em relação à criação de mais áreas balneares, mais áreas de lazer, mais áreas não só para os nossos munícipes como também para os que nos visitam. Tenho ouvido alguma controvérsia em torno deste projeto, gostaria que nos explicasse melhor qual é o projeto, o que é que se pretende, nomeadamente que impacto vai ter, qual a obra que pretende fazer e qual a localização em concreto. _____

O senhor Presidente da Câmara disse que no ano passado, em agosto a Câmara fez um evento na Fajã chamado o *VoleiFest*, que envolveu uma serie de praticantes regionais com animação à noite e no sábado de manhã apareceu um grupo de italianos que queria almoçar, só o conseguiu porque havia uma tasca instalada para o evento senão não teria almoçado. Temos que respeitar a opinião das pessoas mas, também tem que pensar que podem beneficiar destes projetos. Isto é um projeto de uma zona balnear, que fica à direita da Igreja onde existe um pequeno palheiro rústico. A zona balnear terá a forma de uma folha de inhame, a Fajã dos Vimes tem a maior mancha de inhames da ilha de São Jorge. Foi desenvolvido com os nossos técnicos em parceria com os técnicos da Direção Regional do Ambiente com o objetivo do impacto ambiental ser mínimo e muito residual. É um espaço de fácil estacionamento, existe um conjunto de pareceres favoráveis da Direção Regional do Turismo e da Direção Regional do Ambiente e Assuntos do Mar, com algumas sugestões que estão devidamente anotadas e vão ser tidas em conta. Tem a ver com a criação de espaços no nosso Concelho com condições para quem nos visita. Também é um projeto, que não está desintegrado de uma outra ideia que, eventualmente não seria uma responsabilidade da Câmara, mas parece que vai



MUNICÍPIO DE CALHETA – SÃO JORGE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

J
AT

ter de ser uma responsabilidade, que é o seguinte, na Fajã dos Vimes, à semelhança da Fajã de São João, da Pontinha, das Fajãs do Norte Pequeno, não faz sentido que não existam espaços de restauração, as pessoas tem que entender isto como uma forma de criação de emprego. É um projeto que está instruído na Adeliaçor. _____

O deputado municipal Duarte Manuel Bettencourt da Silveira (P.S.D.) pergunta se a piscina é de água salgada. A questão aqui em causa não é o projeto, é decidir que é de utilidade pública para efeitos de expropriação. Isto por vezes simplifica muito em termos administrativos. Se é uma piscina de água salgada não vejo problema na localização, como foi da localização do porto que lá existe. _____

O deputado municipal Rogério Paulo Lopes Soares Veiros (P.S.) disse que percebe que o que está em causa é a expropriação, sabemos que estas coisas têm sempre mais discussão, independentemente da divergência de opiniões irei votar a favor, porque acho que o nosso Concelho precisa de investimento nesta área. _____

O senhor Presidente da Câmara disse que este assunto, por uma questão legal, tem de ser votado por dois terços dos presentes. Este assunto, à semelhança de outras infraestruturas, neste caso concreto a Fajã dos Vimes, é percorrida por trilhos classificados, carece de apoios, de esclarecimento e publicidade na questão do café, tem o artesanato, tem fajãs contiguas com enorme interesse. A Fragueira pela questão do Lacerda, que é um assunto que interessa explorar. Fajã dos Bodes tem um trilho de acesso à Fajã de São João. Tem uma situação emergente, que temos de felicitar, que é a recuperação de casas para efeitos de alojamento local. Isto é uma questão de tempo, de hábitos e costumes que mais tarde algumas pessoas vão saber apreciar. Uma coisa é ir à Fajã dos Vimes, ter uma piscina e um restaurante, outra coisa é ter só o artesanato e ficar-se por lá cerca de meia hora tendo que ir embora porque tem fome e não há onde comer. _____

O deputado municipal Adroaldo António Silva Mendonça (P.S.) disse que também já ouviu criticar o projeto da piscina da Fajã dos Vimes, por ser naquela zona. Também já viu um projeto mais abrangente que envolve o porto, que é feito por um arquiteto local, que tem uma piscina logo à frente do porto em que o porto precisava crescer mais um bocado, talvez para melhor varar os barcos. Há uma pasmaceira no nosso Concelho.

Talvez seja da nossa forma de vivência, de repente aparece alguém a tomar decisões e quem não mexe uma palha aparece a criticar tudo o que se faz. Os nossos recursos estão parados. Está a aparecer gente de fora a comprar casas nas Fajãs, os nossos ainda não perceberam que são fonte de rendimento. Estão a recuperar o património, a embelezar o espaço, a consumir os nossos produtos. Concluindo, senhor Presidente, é bom tomar a iniciativa que está a tomar. _____

VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade, a declaração de utilidade pública urgente, de expropriação de um prédio sito na Fajã dos Vimes, freguesia da Ribeira Seca, Concelho da Calheta, inscrito na matriz com o artigo matricial nº 3971, pertença de João Fontes e sua esposa Etelvina de Sousa Fontes onde está prevista a implementação das estruturas de apoio à zona balnear da Fajã dos Vimes, conforme requerido na Resolução da Câmara Municipal. _____

5º Ponto da Ordem de Trabalho:

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO

O senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para o Período de Assuntos de Interesse para o Concelho.

O deputado municipal Lizandro Manuel da Silveira Bettencourt (P.S.) Presidente da Junta de Freguesia do Topo disse que gostaria de saber se há algum candidato à exploração do Bar da Pontinha. Se o Município pensa fazer ali alguma obra, aquela estrutura é um pouco degradante. _____

O deputado municipal Arlindo Manuel Teixeira (P.S.) disse que gostaria de lançar uma proposta à Câmara, já que falamos de turismo, temos que ter as melhores referências do nosso Concelho e acho importante haver mais informação sobre os transportes públicos. O turista não sabe onde param os autocarros e muito menos informação dos itinerários, se possível gostaria que se criasse um local de paragem com essa informação própria para o turista. _____

O deputado municipal António João Viegas de Sousa (P.S.D.) Presidente da Junta de Freguesia da Calheta, disse que gostaria de saber se há alguma intenção da Câmara, ou já fez alguma abordagem em adquirir o espaço e habitação, que está à venda, na



MUNICÍPIO DE CALHETA – SÃO JORGE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saída do Baixio ao pé da casa do João Clemente, a curva ali está muito estrangulada. Não sei se está previsto o alargamento daquela saída, se a Câmara está interessada em adquirir aquele espaço para fazer esse melhoramento. Futuramente, se poderá pensar alargar a zona em frente aos Bombeiros, que vai ligar à nova estrada que está prevista ali por baixo, seria também de a Câmara adquirir a única habitação do lado de baixo da estrada que estorva o seguimento da estrada, a casa do senhor Tibério. _____

O senhor Presidente da Câmara disse que a questão da informação sobre os transportes públicos é pertinente, onde estacionam é público mas, não para os turistas. A Câmara talvez possa intervir junto da entidade que tem isso a seu cargo para desenvolver algum esforço de forma que a informação seja difundida. Em relação à Pontinha o concurso já se encontra encerrado, não houve interessados. Em relação à criação de uma infraestruturas, faz parte desse processo global de criação de infraestruturas, estas coisas não se fazem só com a necessidade mas, existe todo um conjunto de pareceres e projetos para que isto possa ser uma realidade, em particular a Pontinha é uma zona protegida e tem regras muito específicas em relação à construção. É um assunto que está a ser devidamente instruído para que em tempo próximo possa ser construída uma infraestruturas. Temos que pensar que tipo de investimentos realmente precisamos para o nosso Concelho. Tenho a noção que a estrutura, a título provisório, que se faz na Pontinha cumpre o mínimo das regras e não faz jus à qualidade necessária mas, mesmo assim aqueles que se tem dedicado aquele espaço, conseguem fazer muito bom dinheiro. A zona do Topo também tem um défice em relação a alojamento e restauração. A questão da casa mencionada pelo senhor presidente da Junta da Calheta, não sabia, é uma zona que vai fazer parte da zona de requalificação, é interessante, vamos averiguar se é exequível para a Câmara da Calheta. _____

O senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou o período da Ordem do Dia e abriu as inscrições para a intervenção do público. _____

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Teve a palavra o senhor Orlando Gomes que disse que em relação à Fajã dos Vimes e em relação às críticas, digo que por vezes são feitas por ignorância. Eu não conheço o projeto, isso por vezes gera conflitos e sugeria que a Câmara tentasse pôr

estes projetos mais visíveis à população. Sei que já fizeram muito, até já ficaram mais bem classificados no índice de transparência. Também eu tinha uma opinião, a minha primeira ideia era que o melhor local seria onde já existem os sanitários e depois de ouvir dizer que os serviços do ambiente colaboraram naquela localização, se calhar até poderá ser o melhor local ali. A crítica também pode ser positiva, mas devemos dar informação às pessoas para evitar confusões. Temos de pensar nos que lá moram e assim ficam mais esclarecidos. _____

O senhor Presidente da Assembleia disse que mais nada havendo a tratar deu por encerrada a sessão eram vinte e uma horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que irá ser remetida aos deputados municipais, com a Ordem de Trabalhos para a próxima Sessão Ordinária, onde será apreciada e depois de aprovada vai ser assinada pelo mesmo e por mim, que secretariei esta reunião pública. _____



Dário Bernardo do Nascimento



Vanda de Fátima Nunes da Costa Oliveira